



DETERMINAÇÃO E FICÇÃO NAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS*

LEONARDO SILVA BERNARDES ¹

RESUMO: As *Investigações Filosóficas* são apresentadas nesse artigo a partir de duas chaves, determinação e ficção. A determinação corresponde ao eixo de transformação de um pensamento que redefine a função de elementos normativos no interior de uma linguagem instituída fundamentalmente a partir de práticas. A ficção, por sua vez, consiste numa estratégia para fazer ver aquilo que está mais além do que nos permite enxergar a adesão incondicional (cegueira) aos nossos quadros normativos, sendo por isso uma estratégia tão fecunda quanto perturbadora. O artigo terá cumprido seu propósito se deixar a impressão de que este já antigo livro contém ainda sementes de muitos pensamentos imprescindíveis ao mundo do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Wittgenstein. determinação. ficção. pragmática. Investigações Filosóficas.

ABSTRACT: *Philosophical Investigations* are presented in this article from two keys, determination and fiction. Determination corresponds to the axis of transformation of a thought that redefines the function of normative elements within a language fundamentally instituted from practices. Fiction, in turn, consists in a strategy to make us see beyond what the unconditional adherence (blindness) to our normative frameworks allows us to see, being therefore a strategy as fruitful as disturbing. The article will have served its purpose if it leaves the impression that this already old book still contains the seeds of many thoughts indispensable to the world of the 21st century.

KEYWORDS: Wittgenstein. determination. fiction. pragmatic. Philosophical Investigation.

Recordar que las normas anteriores no son obligaciones y que el tiempo se encargará de abolirlas.

Jorges Luis Borges, *Prólogo a Elogio a la sombra*

A filosofia de Wittgenstein é longo percurso composto de distintas etapas e as *Investigações Filosóficas* é uma das mais fecundas deste processo. Mais importante que encontrar a unidade das diferentes etapas que o compõem — e poder assim apreciar a continuidade onde parece haver apenas ruptura — é entender o processo como algo irreduzível, como uma *dinâmica* que não somente é tematizada pelo próprio pensamento, mas que *se mostra*

¹ Doutor em Filosofia e Linguística pela Universidad Autónoma de Madrid (UAM). E-mail: lsbernardes@gmail.com.

nele. As lições encerradas nisso que se mostra são tão importantes quanto as que são reiteradamente ditas.

É bem sabido por todos que as *Investigações* é em boa medida uma reação a outra etapa não menos importante, o do *Tractatus Logico—Philosophicus*; mas é também uma passagem a outros momentos nos quais se apresentam modos de exercer e exercitar a *atividade filosófica* que, se não marcam uma ruptura tão acentuada quanto a que notamos entre os dois livros, conservam ainda assim o impulso que caracteriza a força dinâmica do seu pensamento. O impulso presente no pensamento de Wittgenstein parece apontar e se dirigir ao futuro, e não se detém nem mesmo com sua morte. Wittgenstein se mostrava constantemente insatisfeito com o seu modo de expressão, ansiava por pessoas que dissessem de modo satisfatório o que ele pretendia dizer² ao tempo em que são conhecidas as queixas dos amigos a respeito da instabilidade do seu ponto de vista e da impossibilidade de cooperação que disso parecia resultar³.

O que eu quero dizer é: o pensamento de Wittgenstein é marcado por uma inconstância e uma transitoriedade que não são um ônus ou uma circunstância especialmente notável na inflexão que marca a passagem do *Tractatus* às *Investigações*, mas que correspondem à chave não-teórica (ética) de uma filosofia que é, antes de mais nada, uma *atividade* incessante que em certo ponto desinteressou-se completamente pela estabilidade.

À parte estas perspectivas controversas, apresentadas dogmaticamente — perspectivas que eu não gostaria que fossem tomadas como verdades a serem aceitas ou refutadas, mas como ficções cujo sentido nos permite ver algo de outro modo invisível —, para celebrar as *Investigações Filosóficas* e fazer dessa celebração uma ocasião para retomar o impulso do pensamento de Wittgenstein, eu gostaria de abordar dois temas neste artigo: a determinação e a ficção. Desse modo, tais perspectivas funcionam como um pano de fundo ficcional cuja presença pode amplificar o sentido do que pretendo dizer.

Tendo em vista a dificuldade de expor, com brevidade exigida, dois temas tão complexos, espero que o leitor considere os lapsos e elisões do texto uma estratégia para acelerar seu ritmo, estratégia que nos permite sublinhar temas e questões apresentadas nas *Investigações* sem pretender esgotá-las, mas tão somente realçar sua importância. A

² “[Acho que ler minhas anotações poderia interessar a um filósofo capaz de pensar por si mesmo. Pois, mesmo que raramente acerte o alvo, ele poderia reconhecer os alvos que sempre tive em mente.]” (Cf. WITTGENSTEIN. 1972, § 387)

³ Comentário de Waismann sobre Wittgenstein: “He has the marvelous gift of always seeing everything as if for the first time. But I think it’s obvious how difficult any collaboration is, since he always follows the inspiration of the moment and demolishes what he has previously planned” Brian F. McGuinness, *Ludwig Wittgenstein und der Wiener Kreis* apud Wilhelm Krüger. 2016, p. 104.

determinação interessa na medida em que sua consideração nos permite não apenas cotejar o pensamento expresso no livro ao do *Tractatus*, mas também divisar o ponto futuro ao qual poderia se dirigir uma reflexão tão contundentemente crítica a um dos aspectos mais brilhantes do *Tractatus*, ao fato de que o livro é talvez o mais completo, abrangente, sistemático esforço de apresentar um sistema de determinação (ou modelo de determinação como eu chamo) já elaborado⁴. Examinar a mudança de atitude a respeito da determinação nos permite compreender a um só tempo o abandono da simplicidade (da substância do mundo) e da pureza como exigências lógicas, ao passo que vemos completamente transformado o papel da prática. Dessa maneira podemos divisar também de que modo a pragmática, compreendida genericamente como uma nova perspectiva na qual a prática tem um lugar central, pode desafiar modelos e perspectivas que ainda emprestam importância desmedida às regras e aos elementos normativos da linguagem, importância não admitida por este novo marco plasmado nas *Investigações filosóficas*⁵.

A ficção, por sua vez, interessa na medida em que nos permite contemplar a assimilação de aspectos antes inteiramente afastados do domínio lógico, como a arbitrariedade e a contingência. Assim, ganha espaço no pensamento de Wittgenstein — e são muitas as ocasiões em que se pode constatar isso nas *Investigações Filosóficas* — o recurso à ficção como meio de fazer ver aquilo que de outro modo não poderíamos ver. Antes, a lógica preenchia o mundo, agora a gramática também preenche o mundo, mas em certo sentido *existe* um lado de fora que só podemos ver por meio de exercícios ficcionais que aventam a possibilidade de colapsos das circunstâncias normais de aplicação. Tais possibilidades, embora não estejam codificadas em nossos quadros normativos, não podem ser excluídas como impossíveis, por mais absurdas que sejam. Essa perspectiva aponta para uma mudança significativa no papel da verdade, especialmente da verdade de elementos supostamente fundamentais e estruturantes.

Apesar do desafio de abordar temas tão espinhosos, estarei satisfeito se o texto deixar para o leitor a impressão difícil de se desvencilhar de que o pensamento de Wittgenstein,

⁴ A *Crítica da razão pura*, de Kant, talvez seja o paradigma a ser batido, razão pela qual as aproximações parecem inevitáveis. No entanto, sem pretender disputar os critérios de eleição, o *Tractatus* me parece mais econômico, mais simples, com pretensões menores embora a custos igualmente caros, e menos envolvido em aspectos metafísicos onerosos.

⁵ Ainda que a perspectiva de Kripke tenha sido compreensivelmente engolida pelo predomínio da crítica aos seus *erros* interpretativos, é um mérito da sua inteligência e generosidade a ênfase que empresta à discussão acerca do seguir a regra a dimensão que ela efetivamente deveria ter se honestamente admitíssemos que a pragmática é incompatível com os marcos teóricos que cimentam uma sociedade cuja infraestrutura tecnológica e ideológica dependem dos computadores. “Wittgenstein has invented a new form of scepticism. Personally I am inclined to regard it as the most radical and original sceptical problem that philosophy has seen to date, one that only a highly cast of mind could have produced.” (KRIPKE. 1982, p. 60).

figurado de modo especialmente nítido nas *Investigações filosóficas*, ainda tem muitas resistências que vencer e ainda é imensamente frutífero e atual, a despeito do fato de que contrarie frontalmente os marcos ideológicos da nossa sociedade, ou melhor dizendo, sua atualidade consiste precisamente no fato de que ele nos convida a recusar, e não simplesmente aperfeiçoar, os marcos teóricos herdados por uma tradição de pensamento à qual o próprio Wittgenstein pertenceu.

Modelos de determinação e o computador

As *Investigações Filosóficas* reúnem um número considerável de ficções, e talvez as mais importantes no que concerne ao tema da “determinação”. Tais ficções ilustram o significado desse conceito, permitindo que se aprofunde o entendimento do *Tractatus* a esse respeito ao tempo em que abrem um novo espaço para entender a singularidade da perspectiva avançada pelo próprio livro sobre o tema. Ao longo do período que compreende a chamada segunda fase do pensamento de Wittgenstein algumas célebres imagens da determinação se acumularam: a pianola, o corredor com paredes rígidas, os trilhos estendidos até o infinito (Cf. WITTGENSTEIN, 2009, § 218), a gaveta que contém todas as aplicações de uma regra, e boa parte dessas imagens está nas *Investigações*. Como paradigma de um modo de apresentar o tema, elegerei a imagem da *máquina*, a máquina como modelo de determinação.

Diferentes imagens servem de ilustração do modelo de determinação do *Tractatus*, um modelo lógico paradigmático. Nesse modelo, os casos de aplicação de uma regra são como coisas contidas dentro da regra, ainda que sejam meras *possibilidades*. A imagem da gaveta que contém todos os casos é em realidade a analogia que Wittgenstein utiliza para esclarecer a ideia de uma máquina que é um modelo do seu modo de operação:

A máquina parece já conter seu próprio modo de operação” significa: estamos inclinados a comparar os movimentos futuros da máquina em seu caráter determinado a objetos que estavam em uma gaveta e que agora retiramos. (WITTGENSTEIN, 2009, § 193)

O caráter determinado (*Bestimmtheit*) dos objetos contidos na gaveta, bem como dos movimentos futuros da máquina, ilustra o que parece ser a *atualidade lógica e ontológica* de meras possibilidades. No *Tractatus*, todos os fatos possíveis são fatos lógicos, isto é, já estão determinados e prejudgados nos objetos cujas possibilidades a linguagem espelha e que já existem como coisas dadas. Isso significa que não pode existir um fato possível, um estado de coisas, não previamente prejudgado na coisa. “Na lógica, nada é casual”. (WITTGENSTEIN, 1993, 2.012) Desse modo, o espaço lógico está inteiramente determinado, pois “dados os

objetos, com isso já nos estão dados também todos os objetos. Dadas as proposições elementares, com isso estão dadas também todas as proposições elementares”. (WITTGENSTEIN, 1993, 5.524)

Apresento assim sumariamente o modelo de determinação do *Tractatus*, um modelo a um só tempo ambicioso e abrangente. Nada escapa desse modo de compreender a lógica e de tornar significativa toda a estrutura que se ergue sobre seu extrato fundamental, “A lógica preenche o mundo; os limites do mundo são também seus limites”. (WITTGENSTEIN, 1993, 5.61) Um modelo semelhante define uma relação singular entre regras e casos⁶, ou, colocando de outro modo, entre o geral e o particular, de tal sorte que não apenas o fato (como expressão do particular) é o resultado de uma determinação geral, mas, sobretudo, de modo que se mantenha uma distinção categórica entre coisas que não devem ser confundidas. Isso significa que uma coisa é função normativa de determinar e outra coisa bem diferente é o mero resultado do uso de uma determinação já instituída.

Sendo assim, da conservação da distinção categórica entre determinação e aplicação parece depender uma concepção de lógica que poderia ser identificada ao logicismo, pois de outro modo a própria lógica se vê ameaçada em seu papel de *canon do entendimento e da razão*, para usar uma expressão de Kant⁷. E é desse modo que tem lugar a ideia comum aos distintos pensamentos filiados a este projeto de que a lógica deve ser pura, isto é, de que esta característica é não uma descoberta, mas uma exigência, um requerimento necessário à linguagem⁸.

A distinção entre determinação do sentido e aplicação de sentido — entre definições e julgamentos, entre o necessário e o contingente, entre o que não está no tempo e o que está sujeito às suas vicissitudes — documenta a força de uma compreensão da lógica que é apresentada na sua melhor forma no *Tractatus*. É como se no *Tractatus Logico-philosophicus* de Wittgenstein pudéssemos ver de modo mais abrangente a força de boa parte das pretensões da *Crítica da Razão Pura*, de Kant. Em “a lógica preenche o mundo” poderíamos entender de um novo modo o propósito de alcançar graus superiores de generalidade e de distanciar-se do

⁶ É sempre controverso falar de regras no *Tractatus*, pois o livro não apresenta nada semelhante a uma gramática ou a um quadro normativo. Entretanto, a distinção entre o objeto compreendido como uma generalidade que contém todas as possibilidades combinatórias e um objeto tal como se dá num fato é suficiente para ilustrar a diferença que concerne à determinação.

⁷ John MacFarlane nuança as distinções entre Frege e Kant a respeito da lógica e salienta, por exemplo, as restrições fregeanas à ambição de um formalismo exacerbado, encarnado no próprio pensamento de Kant. Cf. MACFARLANE. “Frege, Kant, and the logic in logicism”, 2002.

⁸ “(A pureza cristalina da lógica não foi uma descoberta, mas foi uma exigência.)” (WITTGENSTEIN, 2009, §107).

contingente a ponto de chegar ao extrato onde já não há mais um lado de fora, onde tudo está abarcado e nada está excluído. A abstração leva à pureza e ao desafio que, de maneira provavelmente açodada e pouco meditada, eu chamaria de o mais ambicioso do projeto da modernidade: a pretensão de fundamentar as bases de uma universalidade que, partindo dessa *forma comum*, se ramifica e se espria por distintos domínios da cultura⁹.

Assim, as *Investigações Filosóficas* deixam ver a dimensão de uma ruptura que, ao realizar-se, lança luz sobre aspectos importantes envolvidos na concepção de lógica deixada pra trás, em especial sobre a necessidade de conservar sua pureza e os riscos aparentes implicados numa contaminação do necessário pelo contingente:

Para a comunicação através da linguagem é preciso não apenas um acordo sobre definições, mas (por estranho que isso possa parecer) um acordo sobre aplicações. Isso parece abolir a lógica, mas não abole. Uma coisa é descrever métodos de medição, outra coisa é obter e afirmar resultados de medição. Mas o que nós chamamos “medir” é também determinado por uma certa constância no resultado das medições. (WITTGENSTEIN, 2009, § 242)

Neste ponto, os dois componentes dessa distinção imprescindível se transformam numa coisa só, isto é, a aplicação e o *resultado do uso* de padrões de medição se tornam também parte do *processo* de determinação do próprio padrão de medida. O que está presente aí — e o que não estava antes — é o tempo, compreendido como fator que forma e dissolve processos de determinação de medidas, regras, normas, leis, etc. É o tempo que faz com que a lógica não seja abolida, a despeito do caráter aparentemente disruptivo da confusão que permite que os resultados sejam também parte da constituição do instrumento. E mais do que isso, uma parte fundamental. A necessidade parecia até então aderida à norma, e sua força normativa um poder autocontido, como se se derivasse de sua própria generalidade, de sua condição de herdeira de aspectos *sub specie aeterni*. Portanto, a atemporalidade era apenas efeito do seu caráter sublime, pois a lógica era “a ordem a priori do mundo”, e estava acima da contingência e do transitoriedade factual.

Quando Wittgenstein coloca os “acordos de aplicação/julgamento” ao lado dos “acordos sobre definições” — não sem antes sublinhar o que há de aparentemente estranho nessa simples justaposição — abre quase inadvertidamente espaço a um novo mundo. Um mundo onde os

⁹ Trata-se de chegar não apenas à universalidade ética proclamada na Carta de Direitos Humanos, mas à universalidade lógica e epistêmica respaldada por diferentes projetos que, cada um à sua maneira, acreditavam que poderíamos descobrir uma forma comum de julgar e pensar; e assim, portanto, à universalidade também daquilo que podemos conhecer, das proposições e juízos que assim, devidamente legitimados pelo manto do universal, podem emprestar força a coisas tão importantes quanto o Direito, o Estado e suas instituições, enfim, à tecnologia da estabilidade em toda a sua abrangência e variabilidade.

aspectos normativos não podem desempenhar o mesmo papel esperado no marco logicista; aliás, todo um modelo de racionalidade colapsa com a dissolução das perspectivas universais de uma dimensão pura e estruturante. Ainda é insuficientemente explorada essa *consequência* do pensamento de Wittgenstein, pois a força ideológica, vamos chamar assim, das pretensões que estão por trás não apenas dessa concepção de lógica, mas também de uma concepção da matemática que prevalece ainda hoje, torna especialmente difícil conceber perspectivas fora desse marco tão inseparavelmente aderido à nossa visão de mundo. No entanto, o próprio Alan Turing, pai da computação e pensador cuja inteligência construiu demiurgicamente os mundos que depois viríamos a habilitar, já havia percebido a implicação da impossibilidade de conceber a determinação em termos estritamente normativos e formais¹⁰, longe da dinamicidade do tempo e da história, e é precisamente esse o ponto de partida de seu “jogo da imitação”:

As definições podem ser enquadradas de forma a refletir tanto quanto possível o uso normal das palavras, mas esta atitude é perigosa; se o significado das palavras "máquina" e "pensar" for encontrado examinando como elas são comumente usadas, é difícil escapar da conclusão de que o significado e a resposta à pergunta "As máquinas podem pensar?" deve ser procurada em uma pesquisa estatística como as do instituto Gallup. Mas isto é um absurdo. Em vez de tentar tal definição, substituirei a pergunta por outra, que está intimamente relacionada a ela e é expressa em palavras relativamente inequívocas. A nova forma do problema pode ser descrita em termos de um jogo que chamamos "jogo de imitação". (TURING. 1950)

Turing substitui por um jogo a busca por uma definição, um jogo cujo objetivo é repetir e imitar expressões de inteligência. A ação de imitar não se dá fora do tempo, pois aquilo que se imita é histórico, portanto mutável, de tal sorte que não cabem resposta atemporais. Curiosamente, mesmo as mais ambiciosas realizações da Inteligência Artificial (IA), ou os marcos teóricos onde ela se desenvolve¹¹, não representam ameaça à determinação entendida como motor e eixo principal de uma sociedade tecnológica e computacional (Tecnosfera). Dizendo de outro modo, ainda que Turing tenha estabelecido um paradigma enraizado em solo pragmático, sua reflexão não foi suficiente para dissociar o computador das aspirações alentadas pelo propósito de determinar. Vivemos numa sociedade pré-Turing setenta anos depois da publicação de *Computing machinery and Intelligence*.

¹⁰ É como se Turing dissesse: “uma definição não pode nos ajudar a identificar casos de inteligência, devemos buscar uma resposta não definicional, um modo não normativo e não determinativo de identificar expressões de inteligência”. Todo o projeto de Turing tem um corte pragmático que conduz os wittgensteinianos a, tendenciosamente, suspeitar de uma inconfessa influência de Wittgenstein. Juliet Floyd tem um instrutivo artigo sobre a relação entre os dois pensamentos: FLOYD. “Wittgenstein and Turing”, 2019.

¹¹ Tenho em mente em especial a tentativa de imitar a inteligência no *Aprendizado por reforço (Reinforcement learning)* ou o marco de desenvolvimento conhecido como *Inteligência de enxame (Swarm intelligence)*.

Sendo assim, é inevitável ter em conta a ambiguidade das máquinas de Turing, as máquinas computacionais, a fim de realçar simultaneamente dois aspectos pertinentes ao nosso tema: 1) o computador entendido como materialização de um ideal de determinação nem sequer sonhado por Wittgenstein 2) a impossibilidade de que esse novo modelo mantenha viva as pretensões que ainda animam uma ciência cada vez mais deliberadamente dependente dos computadores.

A máquina como modelo de determinação não pode ser compreendida senão como ideal e idealização, isto é, como um modo de apresentar tudo que a determinação pode oferecer aos sistemas aos quais está associada. Seu caráter ideal, o fato de que não possa ser um modelo efetivo de determinação, se deve a que a máquina seja inevitavelmente parte do mundo empírico e que, portanto, esteja sujeita a contingências que interferem no seu funcionamento. O ideal exclui tais possibilidades para que possamos ver a máquina como símbolo, mais do que como um modelo concreto. O computador também é uma máquina, é preciso ter em mente esta platitude, já figurada no próprio título do artigo de Turing. No entanto, o computador constitui um espaço virtual que o distingue das outras máquinas, espaço esse que o torna virtualmente imune às flutuações empíricas. Assim tem lugar a distinção entre *hardware* e *software*.

O *software* é o ambiente que torna virtualmente possível um mundo que em aparência está separado do mundo empírico, onde a determinação é imune aos efeitos da contingência — como se funcionasse no vácuo. O *hardware* é a máquina em si, além de condição de possibilidade do *software*. Apesar desse condicionante, ou seja, do *software* depender do *hardware* e, nesse sentido, estar igualmente exposto às contingências empíricas, o *software* em si não está sujeito ao mau funcionamento. É como se por meio do *software* um mundo paralelo fosse criado, um mundo cuja existência e manutenção dependessem do bom funcionamento do *hardware*, bem como todas as outras máquinas, mas que não poderia comportar-se irregularmente em função de problemas com o *hardware*. Danos ao hardware impedem ou interrompem a execução do *software*, mas não podem provocar um comportamento irregular e imprevisível (não determinado), nem mau funcionamento do código¹². Além disso, e o que é mais importante, o *software* ilustra mais adequadamente as limitações da pretensa atualidade da determinação, a ideia de que o caso se deriva da regra e não depende de nenhuma outra coisa e de que o tempo só desvela algo em certa medida já dado.

¹² Um exemplo para ilustrar essa fina distinção, o superaquecimento do processador pode diminuir significativamente a velocidade de processamento, mas não quebrar a cadeia de determinação e assim permitir que o *software* se comporte de maneira indeterminada. Mesmo que imaginássemos um hipotético superaquecimento do cartão de memória, isso poderia provocar erros, como falhas de segmentação, mas não um comportamento irregular semelhante ao que observamos em máquinas ordinárias.

Ainda que o computador, como um tipo especial de máquina, pareça aperfeiçoar o modelo de determinação, a ideia de uma atualidade se mostra incompatível com os usos e prospectos sobre a computação. Uma parte significativa da infraestrutura dos sistemas de segurança em computadores depende do tempo como um fator determinante, tenho em mente em especial o caso da criptografia e do uso de chaves criptográficas como meio de transmissão segura de informações. Mesmo imaginando um cenário fictício em que os computadores quânticos são uma realidade acessível, ainda assim o tempo não pode ser eliminado como fator limitante para as possibilidades computacionais. Aliás, um dos problemas mais desafiadores em matemática e ciência da computação diz respeito à possibilidade de determinar se problemas resolvidos em tempo polinomial não-determinístico podem ser convertidos em problemas resolvidos em tempo polinomial determinístico¹³. Em qualquer cenário, o tempo é uma variável que não pode ser elidida sem consequências que fazem colapsar nossos sistemas de referências.

Os computadores são a menina dos olhos da sociedade digital, deles depende toda a infraestrutura dessa sociedade e as esperanças depositadas na crença de que o aumento da capacidade de armazenamento e processamento de dados resolverão os problemas técnicos da sociedade, além de facultar as informações necessárias para que as questões éticas (não técnicas) sejam enfrentadas com eficiência. A determinação tem um papel importante nesse cenário, uma vez que a resolução dos problemas que nos preocupam parece depender de que possamos derivar da regra um número suficiente de casos (incremento da capacidade de processamento) até o ponto que possamos ver algo que de outro modo não se mostraria.

Os algoritmos de IA, no entanto, nos permitem explorar um pouco mais a ideia de que a determinação no marco computacional tampouco pode escapar dos limites impostos à máquina nas *Investigações*. E mais: deixam ver algo novo, o vínculo entre o tema da determinação e temas que têm origem nas considerações dos efeitos da superação do *Teste de Turing* por máquinas inteligentes. Embora estes algoritmos também sejam determinados, isto é, mesmo que sua execução também dependa de instruções que determinam o que a máquina *faz*, se podemos chamar assim sua *atuação*, há uma diferença fundamental relativa à complexidade da tarefa das IAs. Os modelos de IA atualizam seus pesos a cada ciclo de treinamento — tomando as redes neuronais como exemplo — de tal sorte se que ligam inexoravelmente a dados históricos, contingentes, dados que não alteram as instruções (o código, as regras seguidas pelo computador) e que determinam a eficiência do modelo. Por exemplo, um modelo de identificação e classificação de tipos de melanoma treinado com mil

¹³ Trata-se do problema conhecido como *P versus NP*, problema relativo à complexidade de usos computacionais.

imagens difere significativamente de um modelo treinado com um milhão de imagens. Quanto maior o número de amostras com que um modelo é treinado, maior a sua capacidade de *imitar a inteligência*, maior a eficiência da sua classificação ou predição¹⁴.

Assim, tem-se a impressão de que os modelos de IA se corrigem, de que se ajustam e se adaptam, ou seja, de que *imitam* algo que muda. Não fazem “sempre o mesmo”, como se espera da determinação entendida como coisa não sujeita às flutuações do mundo. A mutabilidade dos modelos de IA é o que nos faz considerá-los uma forma de inteligência, segundo o paradigma de Turing, e que nos permite entender as questões filosóficas por trás da possibilidade, aventada pela ciência e pela ficção, de que uma consciência tenha origem a partir dessa tecnologia, um tópico que eu chamo de *psicologia androide*¹⁵. Em que medida a execução de um modelo (que está também constituído de normas e instruções) pode dar lugar a um resultado indeterminado (livre?) é uma questão que coloca em evidência a zona cinzenta do debate sobre inteligência, liberdade e consciência a respeito de andróides e inteligências artificiais.

A determinação entendida como fonte de legitimidade de ambições ideológicas e tecnológicas é um tópico derivado do que Wittgenstein chama de “perigo de produzir uma mitologia do simbolismo”, é a expressão de uma *mitologia das regras*¹⁶. A mitologia das regras designa uma compreensão da linguagem que empresta às regras um papel desmedido em razão da tendência a pensá-las com elementos cuja função pode ser dissociada da aplicação. Nesse sentido, as práticas são como *produtos* inexoravelmente determinados pela força normativa e seu caráter estruturante. Essa tendência é característica de um contexto marcado pela preocupação em preservar uma distinção categórica entre a regra, instância não-condicionada e determinante, e a prática, resultado condicionado da determinação normativa. Na ausência da Pragmática, de uma compreensão da linguagem que reconhece a função central das práticas na instituição e destituição do sentido das próprias regras, é como se todas as ações e todo fazer humano fosse regulado por uma maquinaria invisível que age, ordena, regula e determina à

¹⁴ Para efeito de entendimento, me refiro apenas aos modelos de classificação (*clusterização*) e regressão.

¹⁵ A psicologia androide designa a condição especial de imaginar uma consciência nascida a partir da emancipação das instruções e códigos (vetores de determinação), isto é, do automatismo ao qual toda máquina está inexoravelmente associado. Mesmo antes do advento das tecnologias que tornaram possível a massificação do uso de algoritmos de IA, Hilary Putnam já havia apresentado críticas contundentes, e ao meu juízo ainda pertinentes, a um otimismo exagerado que ainda cerca o uso de IAs. Cf. Putnam, Hilary. “Artificial Intelligence: Much ado about not very much”. 1995.

¹⁶ Hacker e Baker consideram que a mitologia da regra supõe um corpo da regra (*Regelskörper*), bem como antes a concepção augustiniana supunha um corpo do significado (*Bedeutungskörper*): “If the first part of the book [*Investigações Filosóficas*] can be said to be concerned with uprooting the *Bedeutungskörper* conception of meaning in all its forms, this part is concerned with the more subtle *Regelskörper* conception. It aims to break the hold of a misguided conception of rules as mysteriously, magically, determining or constituting the meanings of expressions, and of understanding as a grasping of rules which then guide us along predetermined rails.” (HACKER; BACKER, 1984. p. 17).

distância¹⁷. Sobre isso convém recordar, *en passant*, o núcleo do que se denomina o *paradoxo do seguir a regra*, que pode ser parafraseado da seguinte maneira: “a regra não pode dizer o que fazer (determinar o caso), a menos que já saibamos o que fazer”.

O computador, o tipo de máquina que melhor se encaixa no paradigma da determinação apresentado nas *Investigações* e que parece aperfeiçoá-lo, em realidade não pode senão ratificar lições da pragmática: atestar a importância do tempo como uma variável fundamental para o processo de determinação, ainda que esta pareça transcorrer num ambiente atemporal (daí a pretensa atualidade dos seus casos), além de produzir como derivado conceitual tecnologias que desafiam a determinação de uma maneira ainda mais radical, na medida em que colocam diante de dicotomias como regra/caso, instrução/execução, a possibilidade não apenas de resultados imprevisíveis e irredutíveis a um campo normativo que presumidamente deveria condicionar de modo inexorável os resultados obtidos, como também apontam para a própria possibilidade de reforma daquilo que aparentemente deveria ser imutável¹⁸.

As máquinas computacionais que figuram no horizonte tecnológico não parecem ser meras máquinas, isto é, entidades inteiramente determinadas, autômatos, pois o androide, como conceito e categoria não muito distante do presente, é potencialmente capaz de exibir um comportamento divergente que o credenciará a almejar o estatuto de um ser consciente. A capacidade de emancipar-se do automatismo da determinação, ou colocando em outros termos, de imitar um ser humano a ponto de enganar alguém incumbido da tarefa de identificar uma máquina, transforma uma IA em algo que pode ilustrar de modo desconcertante as ficções mais radicais de Wittgenstein, como aquela em que um aluno expande de modo divergente uma série aritmética, mostrando assim que a ação determinada não é inteiramente autônoma e autocontida, e está condicionada a uma natureza, ou melhor, a uma naturalização de um modo de agir¹⁹:

Deixemos agora o aluno continuar uma série (digamos “+2”) para além de 1000 — e ele a escreve 1000, 1004, 1008 1012 (...) Em tal caso, diríamos, talvez: esta pessoa, por sua própria natureza (*von Natur*), compreende aquela

¹⁷ É célebre o seguinte comentário da *Gramática Filosófica* sobre a atuação à distância das regras: “Uma definição como parte do cálculo não pode atuar à distância. Ele age apenas sendo aplicado.” (WITTGENSTEIN, 1974, § 30.

¹⁸ O que é mutável nestes casos é o modelo e não o algoritmo, é preciso dizer. O modelo compreende o código que aplica o algoritmo mais os pesos resultantes do treinamento, e é como se os pesos fossem uma espécie de memória do aprendizado. Discute-se a possibilidade de modelos que escreverão seus próprios códigos, mas essa é uma ideia que não me parece possível por razão que não posso detalhar aqui. (Cf. HEAVEN, 2020)

¹⁹ Na pragmática a inexorabilidade passa das regras à prática, e aos humanos que as aplicam. E a dureza do dever lógico não é mais que a expressão da nossa cegueira inevitável em relação aos *eixos* do sistema simbólico: “Isto sugere precisamente o uso destas leis de inferência, e agora somos *nós* que somos inexoráveis na aplicação destas leis. Porque nós ‘medimos’; e para todos faz parte da medição que tenham os mesmos resultados.” (WITTGENSTEIN. 1978, § 118)

ordem, segundo nossa elucidação, do mesmo modo como nós a compreenderíamos: “Adicione 2 até 1000, 4 até 2000, 6 até 3000 e assim por diante.”.

Invertendo a investigação: ficção e verdade

As transformações que têm lugar uma vez admitida que a lógica não pode ser separada da neblina e da incerteza empíricas conformam o espaço aberto que o pensamento de Wittgenstein instaura. Da constelação indeterminada de temas que povoam este espaço seleciono um em especial, a ficção. A ficção ganha um novo estatuto a partir das *Investigações*, símbolo convencional da inflexão na obra de Wittgenstein. Já na fase anterior do seu pensamento, uma ficção mencionada na *Conferência sobre ética*, que aventa a possibilidade de um ser onisciente capaz de escrever um livro que contém todos os fatos do mundo, é determinante para ilustrar um aspecto essencial de seu pensamento então, a separação radical entre fato e valor. Neste novo contexto a ficção tem um papel central e esta centralidade em si mesma diz coisas importantes sobre as novas perspectivas e preocupações de Wittgenstein.

Para indicar os aspectos do seu pensamento que a ficção deixa ver convém antes passar brevemente em revista o tema da arbitrariedade. A presença da arbitrariedade como um elemento envolvido na determinação do sentido tornar-se possível uma vez transformado o modo de entender a ideia de determinação. Usemos uma vez mais o *Tractatus* como referência, pois é precisamente o fato de que a arbitrariedade está ali completamente esconjurada o que torna o livro um paradigma de determinação. No *Tractatus*, o simples funciona como espécie de garantia da determinação do sentido, pois a substância do mundo detém o regresso infinito que de outro modo impediria a determinação. “Se o mundo não tivesse substância, ter ou não sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição”. (WITTGENSTEIN. 1993, 2.0211) O *Tractatus* apresenta um modelo perfeito de determinação pois o indeterminado, o impreciso, o vago não têm lugar em seu espaço lógico. Ou melhor dizendo, há indeterminação, mas a indeterminação é índice de complexidade e não signo de que o sistema abriga a indeterminação como uma possibilidade aceitável, por assim dizer.

Que um elemento proposicional designe um complexo, pode-se percebê-lo por uma indeterminação nas proposições em que aparece, Sabemos que, por meio dessa proposição, ainda não fica tudo determinado. (A designação da generalidade contém, na verdade, um protótipo de figuração). (WITTGENSTEIN, 1993, 3.24)

Apesar da indeterminação do complexo, sabemos que “há uma e apenas uma análise completa da proposição,” e que “a proposição exprime de maneira determinada, claramente especificável, o que ela exprime”. O vínculo fundamental de todo o espaço lógico a um extrato

elementar simples e dado mantém a arbitrariedade longe do *Tractatus* e justifica a afirmação de que “em lógica nada é casual”. A lógica seguirá restringindo o espaço da casualidade e da arbitrariedade no pensamento tardio de Wittgenstein, mas não pode estar completamente isolada desses componentes, especialmente no que concerne à instituição das normas. A distinção entre determinação de sentido e aplicação de sentido ajuda a sublinhar as zonas de impacto desse novo modo de entender a relação entre o simbolismo e a arbitrariedade. A *determinação* em si — como um tema a parte à determinação do sentido, embora aparentado — não se deixa comprometer pela presença da arbitrariedade, porque seguimos regras cegamente e força coerciva que lhes é própria não se deixa abalar por nada. No entanto, a determinação do sentido como uma noção que diferencia o uso da instituição das regras, deve nos fazer recordar o pertencimento do ato de instituição a um contexto pragmático irreduzível a propósitos formalizantes²⁰. Isso quer dizer que os atos que pretensamente instituem as regras estão mergulhados em circunstâncias que envolvem variáveis indeterminadas e, sobretudo, interesses humanos, interesses que tem influência decisiva para a fixação das regras que depois serão aplicadas.

A arbitrariedade é o contrário da determinação, e, no contexto da determinação do sentido, isso significa dizer que os fatores que contribuem para o sentido não podem ser reduzidos ao propósito de justificar, articulando-se assim à linguagem de forma quase imprevisível, ou previsível (embora não determinável) apenas na medida em que se conhecem os interesses daqueles que instituem as regras do jogo. É este o significado da ideia de que a gramática não presta contas à realidade. A presença da arbitrariedade e de elementos não sujeitos a qualquer tipo de compulsão dá forma a uma dificuldade que fará com que o pensamento de Wittgenstein sofra resistências quase insuperáveis, posto que assim se materializam obstáculos aparentemente incontornáveis ao propósito de controle técnico e instrumental absoluto. A matemática e a lógica constituíam — em realidade *ainda* constituem — paradigmas de racionalidade justo porque pareciam afastar a arbitrariedade e constituir um espaço de determinação imune às flutuações do mundo e da psicologia humana. Não por outra

²⁰ O “ato de instituição” é em certo sentido uma ficção, embora uma ficção útil. Considerar a linguagem como conjunto de convenções, ou lhe emprestar um caráter demasiadamente convencional, tem a vantagem de permitir ver mais claramente a distinção entre diferentes momentos, como os momentos da instituição e do uso. No entanto, tem a desvantagem de reduzir o processo longo e não necessariamente claro de fixação de regras a um instante, nítido e determinado no tempo, o que contribui para mistificações semelhantes às que conduzem à mitologia das regras. Por isso é preciso comedimento no emprego de ideias semelhantes.

razão Frege dizia, num comentário ao qual Wittgenstein retornava com frequência, que a lógica era o árbitro num conflito de opiniões²¹.

Quando Wittgenstein descarta a ideia de que a lógica deve ser pura, considerando-a uma exigência desnecessária e abrindo assim espaço para uma contaminação da lógica pela experiência que não compromete sua força normativa, o que tem lugar é algo semelhante ao que alguns autores chamam, não sem razão, de uma revolução copernicana. E é precisamente nos parágrafos 107 e 108 das *Investigações Filosóficas* que essa revolução se apresenta em toda a sua força. Ali, diante de exigência da pureza da lógica, Wittgenstein sentencia, como imperativo necessário ao seu pensamento: “De volta ao chão áspero”. Ato contínuo, no parágrafo seguinte, escreve: “O preconceito da pureza cristalina só pode ser afastado se invertemos toda a nossa investigação (*Betrachtung*). (Poder-se-ia dizer: a investigação deve ser modificada, mas tendo como centro nossa verdadeira necessidade.)”.

Desse modo, as considerações que a partir do parágrafo 200 constituirão o núcleo da discussão sobre o *seguir a regra*, em certa medida não serão mais do que materialização da inversão proposta. As ações, que antes pareciam inteiramente determinadas pelas regras, agora constituem também um fator de determinação, de tal maneira que uma alteração no modo como as empregamos determinará também uma mudança na própria regra. Se instala assim uma dinâmica de aparência circular na qual a regra determina a aplicação, mas onde também a constância dos resultados da aplicação pode alterar a própria regra. A recusa da matriz ideológica da determinação, entendida como rechaço à ideia de que os casos de aplicação estão em certo sentido dados, tem como implicação a presença do tempo, isto é, a reincorporação das vicissitudes e do acontecer como relevantes para a lógica. Essa dinâmica de aparência circular eu a designo de “espiral de determinação do sentido”, pois a presença do tempo transforma o que num plano bidimensional seria um círculo numa espiral²².

A sujeição da regra, elemento normativo e determinante, à força da prática caracteriza a *pragmática* que ganha corpo nas páginas das *Investigações Filosóficas*. A presença do tempo, o ocaso da determinação, o inegável papel da arbitrariedade, a impossibilidade de que a

²¹ “If we could not grasp anything but what was within our own selves, then a conflict of opinions [based on] a mutual understanding would be impossible, because a common ground would be lacking, and no idea in the psychological sense can afford us such a ground. There would be no logic to be appointed arbiter in the conflict of opinions”. (FREGE. 1964, p. 17)

²² Em minha tese de doutorado aludi a um caso conhecido da história do Brasil que ilustra perfeitamente o caráter instituinte das práticas: *a lei pra inglês ver*. O caso mostra que a mera determinação normativa não é suficiente para fazer vigorar uma lei (*to enforce the law*, como dizem os anglófonos), sendo necessário que uma prática e o costume de segui-la a acompanhe para assim determinar sua vigência, de outro modo o que resta é uma lei sem força normativa. (Cf. BERNARDES, 2017, p. 30)

realidade cumpra um papel justificativo no que concerne aos fundamentos dos jogos de linguagem e finalmente a função decisiva da prática, tendo em conta todas estas características é inevitável constatar que uma inversão de fato teve lugar. Uma inversão que afeta o papel da *verdade* nos nossos jogos simbólicos e também a função que poderiam desempenhar elementos não-epistêmicos na própria atividade filosófica.

Num contexto diferente do que acabei de apresentar, onde a verdade ainda tem o papel fundamental que esperamos dela, a justificação oferece as bases objetivas que nos parecem imprescindíveis. Wittgenstein afirma que “justificar consiste em apelar a uma autoridade independente (*unabhängige Stelle*)” (WITTGENSTEIN, 2009, §265) e é precisamente esta independência que confere àquilo que se justifica a sua força. Porém, no contexto em que nos encontramos nenhum elemento aparentemente justificativo pode ser chamado a ser o “vetor de determinação do sentido”, como costume designar o elemento que efetivamente fixa o sentido do simbolismo. Isso quer dizer que ainda que um elemento da realidade pudesse justificar nossas regras e normas, tais regras ainda assim estariam submetidas à força instituinte/dissolutiva das práticas. Sendo assim, a verdade só pode ter um papel justificativo (e coercitivo) fundamental num marco teórico onde a prática não seja mais que *atualizador de prescrições normativas*, onde tudo já esteja dado, de outro modo, ela não pode deter o regresso infinito da justificação²³.

Não importa como chamamos a parte *não pragmática* dos nossos jogos de linguagem, normas, regras, leis, não são vetores de determinação do sentido, mas tão somente pontos de imobilidade fixados pela constância das práticas. No *Sobre a certeza* esta ideia está expressa claramente:

Eu não aprendo explicitamente as proposições que me são inquestionáveis (*die für mich feststehen*). Posso *descobri-las* posteriormente como o eixo em torno do qual um corpo gira. Este eixo não é fixo no sentido de que qualquer coisa o fixa, mas o movimento ao seu redor determina sua imobilidade. (WITTGENSTEIN, 1972, §152)

Nas *Investigações Filosóficas*, e ao longo de todo o pensamento maduro de Wittgenstein, a ficção cumprirá o importante papel de contornar limitações impostas pela cegueira do seguir a regra. A adesão aos quadros normativos que orientam nossas práticas

²³ Um problema central enfrentado pela discussão sobre o seguir a regra é o problema do regresso infinito, ao qual Wittgenstein responde colocando em evidência um agir cego, isto é, um agir que atua sem considerar os escrúpulos e temas aventados pelos filósofos. Portanto, não se trata de efetivamente responder a essa possibilidade disruptiva — como queria Kripke e sua proposta quineana de usar a comunidade de falantes como uma espécie de corte de apelação final —, mas de recusar essa dúvida radical e corrosiva, afirmando uma cegueira *fundamental* gestada a partir do *adestramento* necessário ao domínio da linguagem.

instaura uma totalidade semelhante àquela que se expressa na ideia de que a lógica preenche o mundo. O que está bloqueado desse modo é a possibilidade de um espaço exterior, de um mundo regulado por regras diferentes. Desde o começo do livro Wittgenstein salienta o que em outros cenários parecia impossível: “com um treinamento diferente outros conceitos poderiam aparecer”. A possibilidade de uma transformação conceitual resultante da mera mudança de treinamento já é suficientemente estarecedora, pois a crença numa correlação entre conceitos e verdade nos leva a supor que nossos conceitos são produtos do conhecimento, no sentido em que estão justificados por fatos. A esse respeito Wittgenstein sentencia: “o único correlato na linguagem a uma necessidade natural (*Naturnotwendigkeit*) é uma regra arbitrária” (WITTGENSTEIN, 2009, §372).

Wittgenstein, no entanto, não se detém em considerações abstratas, ele passa a empregar contrafactuais e ficções para fazer ver o que de outro modo não se vê, e em uma das mais impactantes ficções ele diz:

Se as coisas fossem inteiramente diferentes de como elas efetivamente são — não haveria, por exemplo, expressão característica da dor, do medo, da alegria. Fosse o que é exceção, regra e o que é regra, exceção; ou se ambas se tornassem fenômenos de frequência relativamente semelhante — com isso nossos jogos de linguagem normais perderiam o sentido (*Witz*). O procedimento de colocar um pedaço de queijo sobre uma balança e determinar o preço conforme sua indicação perderia seu sentido se os pedaços com frequência crescessem ou diminuíssem repentinamente, sem causas (*Ursache*) óbvias. (WITTGENSTEIN, 2009, § 142)

Nesse fragmento dois aspectos importantes podem ser notados: a regularidade dos “casos normais” de aplicação e o colapso das condições normais de aplicação. Ambos os aspectos apontam para o papel dos fatos na determinação do sentido. No caso da regularidade que constitui as *condições normais de aplicação*, tem lugar a partir daí uma discussão sobre como os fatos concorrem para a determinação do sentido, sobre como nossos conceitos estão envolvidos numa armação de fatos²⁴. Nas *Investigações*, essa discussão leva à consideração sobre a necessidade de conhecer ou determinar os fatos que condicionam e tornam possíveis nossos jogos, necessidade que Wittgenstein rechaça prontamente, por considerar que a pretensão epistêmica de conhecer não acrescenta nada de filosoficamente relevante. Ele chega mesmo a dizer que não apenas não importa determinar a correspondência entre nossos conceitos e os fatos muito gerais da natureza, como também, para nossos propósitos, poderíamos “inventar uma história natural fictícia”. WITTGENSTEIN, 2009, §365) Desse modo, outras

²⁴ “É como se nossos conceitos envolvessem uma armação (*Gerüst*) de fatos” (WITTGENSTEIN, 1970, §350)

questões não menos importantes surgem, como o estatuto (não-proposicional, conforme sublinhado no *Da Certeza*) dos fatos que envolvem nossos conceitos, fatos entendidos como *proto-fenômenos*. (Cf. WITTGENSTEIN, 2009, § 654)

Convém enfatizar, para vincular a ficção ao que há de mais central no pensamento de Wittgenstein e não deixar dúvida sobre sua importância, que se a *cegueira* é a resposta ao mais desafiador dos problemas filosóficos, como designa Kripke o problema do seguir a regra, a ficção é um modo de tratar aquilo que há de inevitavelmente problemático nesse modo de estabilizar, daí, entre outras coisas, a deriva antropológica do pensamento de Wittgenstein e sua crescente preocupação com desacordos²⁵. É mediante a desestabilização dos quadros normativos que a ficção pode operar como ferramenta filosófica, terapêutica e ética. E é por meio da estratégia de empregar ficções que podemos ver o elo que amarra as *Investigações Filosóficas* ao pensamento que se desenvolve depois do *álbum*. Este talvez seja o maior mérito da ficção e aquilo que eu gostaria de examinar por último, o modo como este aspecto notável do livro ganha corpo e se desenvolve ao longo das reflexões posteriores de Wittgenstein. O fato de que as ficções em Wittgenstein não se prestem a nenhum propósito veritativo e epistêmico já é suficientemente impactante, na medida em que o afasta de boa parte da tradição, além de reiterar a diferença entre filosofia e ciência, marcante para o seu pensamento. Porém, as questões que eu gostaria de enfatizar a partir da ficção dizem respeito a duas direções a que se orienta o pensamento de Wittgenstein, a arte e a etnologia.

Um pensamento que dá à ficção um lugar privilegiado é o melhor ambiente para fazer medrar uma atitude em relação à arte que a resgate da condição de simples meio de entretenimento. É certo dizer que a preocupação com a arte não é um aspecto central da obra de Wittgenstein, mas pensar a relação de suas ideias com cultura e com a ciência inevitavelmente nos conduz a uma consideração sobre o papel da verdade, da produtividade e da própria arte. Ray Monk, biógrafo de Wittgenstein, defende a ideia de que entre as principais lições do seu pensamento está uma atitude em relação à arte de todo avessa à posição secundária em que se encontra na cultura humana. E o que significa precisamente dar à arte um lugar destacado na cultura? *Significa pensá-la como uma fonte de aprendizado e não mero de entretenimento*. (MONK. 1999) No entanto, usar a arte e a ficção como instrumentos de uma reflexão de inspiração wittgensteiniana talvez seja um dos pontos futuros a que seu pensamento de dirige, um compromisso que, na melhor dos casos, nós gostaríamos de ver assumidos por

²⁵ John MacFarlane tem escrito sobre desacordos de sua perspectiva neofregeana, sumamente interessante e engenhosa. Esse é certamente um dos pontos mais fecundos e mais pouco explorados do pensamento de Wittgenstein.

aqueles que, no século XXI, entenderam as muitas lições que o pensamento de Wittgenstein nos legou.

É difícil pensar uma atitude semelhante sem contar com o lastro de uma sólida crítica à perspectiva dominante, ao cientificismo tornado dogma da sociedade contemporânea. A ficção faz o papel de interseção entre a crítica à centralidade da verdade e seus derivados e a abertura possibilitada por considerações já descoladas do propósito de representar fatos. Nesse sentido, assim como a *ficção científica* despretensiosamente sedimenta o gosto pela ciência ao fixar mitos fundamentais para o agenciamento de novos espíritos à atividade científica²⁶, a ficção que, no contexto filosófico, poderíamos denominar de *ficção ética*, abre espaço para que a imaginação possa conceber situações que dão lugar a novos quadros normativos cujas regras podem ser inteiramente incompatíveis com as normas vigentes. Ao pensar transformações na cultura humana, é inevitável considerar as incompatibilidades e desacordos que precisam ter lugar para que, pouco a pouco, novas regras se fixem como eixos determinados pela constância de práticas inteiramente diferentes das que hoje se manifestam.

As ficções que, nas *Investigações Filosóficas*, concernem mais diretamente ao esclarecimento de questões vinculadas ao debate epistêmico e lógico sobre o papel de fatos naturais ganham uma conotação notavelmente ética a medida que o pensamento de Wittgenstein se desdobra em novos temas. Elas passam a compor um painel onde o que interessa é compreender o surgimento de conceitos diferentes tendo em vista não fatos naturais diferentes, mas *interesses* distintos dos nossos. E é assim que a ficção se dirige a preocupações éticas e etnológicas nas quais o *desacordo* é um elemento central. Trata-se de explorar a ausência de uma universalidade fundante e desse modo permitir que o pensamento filosófico extraia daí suas lições. O contexto dessas ficções apresenta não apenas desacordos fundamentais, desacordos que dão lugar a acusações nada estranhas ao nosso mundo cotidiano — “Quando dois princípios que não podem ser conciliados se chocam, os homens se declaram mutuamente loucos e hereges” (WITTGENSTEIN, 1972, §611) —, mas desvios e variações quase imperceptíveis, diferenças radicais que estão mascaradas pelo predomínio de acordos ligados a questões práticas, como ilustrado na consideração ficcional sobre um debate entre um realista e um idealista²⁷.

²⁶ A suposta neutralidade do pensamento científico leva os cientistas a supor que não usam lentes e que seu olhar é vazio de interesses e vieses ideológicos, mas as mitologias tecnológicas não atraem e direcionam pesquisas de jovens cientistas, os androides, a IA, as pesquisas com edição genética (CRISPR/Cas9) ou com fontes de energia baseada no hidrogênio não alimentam mitos sobre um mundo governado e controlado pela técnica? Ilusão é pensar que a ciência contemporânea está livre de mitos.

²⁷ “Um homem é um realista convicto, outro um idealista convicto e ensina seus filhos conforme suas crenças. Em um assunto tão importante como a existência ou inexistência do mundo externo, eles não querem ensinar nada de

O viés etnológico do pensamento de Wittgenstein se estabelece a partir da crítica ao papel da verdade e as pretensões justificativas de uma ciência realista. Para Wittgenstein, a objetividade já não pode ser mapeada estritamente em função de fatos universais, mas conforme práticas que não necessariamente têm qualquer dimensão universal. Daí que ele escreva, em *Cultura e valor*, que a abordagem etnológica não significa que filosofia seja uma etnologia, mas que etnologia provê o distanciamento necessário para que se possa contemplar as coisas com mais objetividade. (WITTGENSTEIN, 1992, p. 37) No contexto de uma objetividade assumidamente cambiante, histórica, perspectiva e mapeada segundo elementos que não necessariamente podem ser universalizados, as ficções revelam sua pertinência filosófica ao permitir que se sublinhe o enraizamento empírico (não puro) de aspectos gerais da linguagem, ao tempo em que podemos assim também imaginar o surgimento de quadros normativos orientados por eixos inteiramente diferentes dos nossos, em função da gênese pragmática mesmo dos elementos mais distanciados da particularidade dos casos.

Por fim, permitam-me destacar uma vez mais que não são poucos os desafios que visões semelhantes apresentam à tradição filosófica. E aquilo que esclarece a importância da ficção e ao mesmo tempo dá a dimensão das resistências que o pensamento de Wittgenstein terá de enfrentar, pensamento este entendido como manancial inesgotável de reflexões ainda profundamente atuais, não é senão o deslocamento do eixo filosófico da verdade ao sentido²⁸. Que o sentido seja o centro da atividade filosófica explica a necessidade de recorrer à imaginação para salientar aspectos que não notamos porque estão muito perto, “sempre diante dos nossos olhos”; que o sentido seja o centro da atividade filosófica explica a mutabilidade desconfortável para todos nós que fomos criados e adestrados para ansiar por aquilo que está “sub specie aeterni”, pois o sentido não admite pretensões que escapem ao vórtice incontornável da transitoriedade. E o que deveria nos animar a continuar lendo Wittgenstein e suas fecundas *Investigações Filosóficas* é a percepção de que hoje, mais do que nunca, precisamos nos familiarizar e nos apropriar de um pensamento que nos ensina a rever e reajustar nosso olhar, não em nome de uma estabilidade vindoura, prometida, mas tendo em vista a necessidade de fortalecer a nossa própria capacidade de lançar por terra nossos marcos de referência. A relação entre a reflexão e a revisão, ou entre a reflexão e a capacidade de formular novas regras e

errado a seus filhos. O que será ensinado às crianças? Incluir no que dizem: ‘Existem objetos físicos’ ou o contrário? Se alguém não acredita em fadas, não precisa ensinar a seus filhos ‘Não existem fadas’: pode deixar de lhes ensinar a palavra ‘fada’. Em que ocasião eles devem dizer: ‘Há...’ ou ‘Não há...’? Somente quando encontram pessoas de crença contrária.” (WITTGENSTEIN, 1970, §413).

²⁸ “Minha maneira de fazer filosofia ainda me parece nova, cada vez mais nova, então tenho que me repetir com muita frequência. (...) Este método é essencialmente a passagem da questão da verdade para a questão do sentido”. (WITTGENSTEIN, 2000, MS 105, p. 46).

normas, se encontra no núcleo da semente germinada a partir das *Investigações Filosóficas*, e não há dúvida de que somente as atividades humanas orientadas à construção de sentido, de tramas²⁹, podem ajudar a reorientar a cultura a um caminho não exclusivamente determinado por fatos e pelo conhecimento (segundo a medida de um progresso inescapável), mas marcado pela autonomia e pela soberania de seres conscientes de uma liberdade inescapável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, Leonardo. *Correspondencia entre hechos y conceptos*. Madrid: Universidad Autónoma, 2017. (Tese de Doutorado)

FLOYD, Juliet. “Wittgenstein and Turing”. In: Gabriele M. Mras, Paul Weingartner, Bernhard Ritter (Eds.), *Philosophy of Logic and Mathematics: Proceedings of the 41st International Ludwig Wittgenstein Symposium*. Berlin, Boston: De Gruyter, 2019.

FREGE, Gottlob. *The basic laws of arithmetic*. Berkeley: University of California Press, 1964.

HACKER, Peter; BACKER, Gordon. *Skepticism Rules and Language*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

HEAVEN, Wil Douglas. *MIT Technology Review: A new neural network could help computers code themselves*, 2020. Disponível em: <<https://www.technologyreview.com/2020/07/29/1005768/neural-network-similarities-between-programs-help-computers-code-themselves-ai-intel/>>

KRIPKE, Saul. *Wittgenstein on rules and private language*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

KRÜGER, Wilhelm. “The Determinacy of Sense and Meaning”, In: ALBINUS, Lars; ROTHHAUPT, Josef; SEERY, Aidan. *Wittgenstein’s Remarks on Frazer*, Berlin: De Gruyter. 2016.

MACFARLANE, John. “Frege, Kant, and the logic in logicism”. *Philosophical Review* 111, 1, pp. 25-65, 2002.

MONK, Ray. *Prospect Magazine*, 1999. Disponível em: <<https://www.prospectmagazine.co.uk/magazine/ray-monk-wittgenstein>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PUTNAM, Hilary. “Artificial Intelligence: Much ado about not very much”. *Words and life*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

TURING, Alan. “Computing Machinery and Intelligence”. *Mind*, Vol. LIX, Issue 236, 1950, p. 433-460.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998.

²⁹ O primado das tramas sobre os fatos é uma espécie de equivalente em História das revoluções wittgensteinianas, e não surpreende que Foucault seja um agente destacados dessas revoluções, conforme nos conta Paul Veyne em *Como se escreve a história*. (Cf. VEYNE, 1998)

- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Culture and Value*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- _____. *On Certainty*. Nova York: Harper Torchbooks, 1972.
- _____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1993.
- _____. *Zettel*. Berkeley: University of California Press, 1970.
- _____. *Philosophical Investigations*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2009.
- _____. *Philosophical Grammar*. Oxford: Basil Blackwell, 1974.
- _____. *Remarks on the Foundations of Mathematics*. Oxford: Basil Blackwell, 1978.
- _____. *Wittgenstein Nachlass: The Bergen Electronic Edition*. Oxford: Oxford University Press, 2000. (Nachlass)